



### ANEXO III DO PARECER ÚNICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO			
Tipo de Requerimento de Intervenção Ambiental	Núm. do Processo	Data Formalização	Unidade do SISEMA responsável pelo processo
Intervenção Ambiental COM AAF	13020002193/12	02/05/2012 13:14:09	NUCLEO OLIVEIRA
2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL			
2.1 Nome: 00344627-5 / MINERAÇÃO JD AREIAS LTDA ME		2.2 CPF/CNPJ:	
2.3 Endereço:		2.4 Bairro:	
2.5 Município: PEDRA DO INDAIA		2.6 UF: MG	2.7 CEP: 35.565-000
2.8 Telefone(s):		2.9 E-mail:	
3. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL			
3.1 Nome: 00344627-5 / MINERAÇÃO JD AREIAS LTDA ME		3.2 CPF/CNPJ:	
3.3 Endereço:		3.4 Bairro:	
3.5 Município: PEDRA DO INDAIA		3.6 UF: MG	3.7 CEP: 35.565-000
3.8 Telefone(s):		3.9 E-mail:	
4. IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL			
4.1 Denominação: Fazenda Cabo Verde		4.2 Área Total (ha): 45,4571	
4.3 Município/Distrito: PEDRA DO INDAIA/Pedra do Indaia		4.4 INCRA (CCIR): 4351710072565	
4.5 Matrícula no Cartório Registro de Imóveis: 16166 Livro: 2-BS Folha: RG Comarca: PEDRA DO INDAIA			
4.6 Coordenada Plana (UTM)	X(6): 485.512	Datum: SIRGAS 2000	
	Y(7): 7.756.873	Fuso: 23K	
5. CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DO IMÓVEL			
5.1 Bacia hidrográfica: rio São Francisco			
5.2 Conforme o ZEE-MG, o imóvel está ( ) não está (X) inserido em área prioritária para conservação. (especificado no campo 11)			
5.3 Conforme Listas Oficiais, no imóvel foi observada a ocorrência de espécies da fauna: raras ( ), endêmicas ( ), ameaçadas de extinção ( ); da flora: raras ( ), endêmicas ( ), ameaçadas de extinção ( ) (especificado no campo 11).			
5.4 O imóvel se localiza ( ) não se localiza (X) em zona de amortecimento ou área de entorno de Unidade de Conservação. (especificado no campo 11).			
5.5 Conforme o Mapeamento e Inventário da Flora Nativa do Estado, 13,07% do município onde está inserido o imóvel apresenta-se recoberto por vegetação nativa.			
5.6 Conforme o ZEE-MG, qual o grau de vulnerabilidade natural para o empreendimento proposto? (especificado no campo 11)			
5.7 Bioma/ Transição entre biomas onde está inserido o imóvel			Área (ha)
Mata Atlântica			45,4571
Total			45,4571
5.8 Uso do solo do imóvel			Área (ha)
Nativa - sem exploração econômica			11,9218
Pecuária			30,4651
Silvicultura Eucalipto			3,0702
Total			45,4571

<b>5.9 Regularização da Reserva Legal – RL</b>				
<b>5.10 Área de Preservação Permanente (APP)</b>				<b>Área (ha)</b>
5.10.1 APP com cobertura vegetal nativa				5,3481
5.10.3 Tipo de uso antrópico consolidado		Agrosilvipastoril		
		Outro:		
<b>6. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA E PASSÍVEL DE APROVAÇÃO</b>				
<b>Tipo de Intervenção REQUERIDA</b>			<b>Quantidade</b>	<b>Unidade</b>
Intervenção em APP SEM supressão de vegetação nativa			0,0096	ha
<b>Tipo de Intervenção PASSÍVEL DE APROVAÇÃO</b>			<b>Quantidade</b>	<b>Unidade</b>
Intervenção em APP SEM supressão de vegetação nativa			0,0096	ha
<b>7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA ÁREA PASSÍVEL DE APROVAÇÃO</b>				
<b>7.1 Bioma/Transição entre biomas</b>				<b>Área (ha)</b>
Mata Atlântica				0,0096
<b>7.2 Fisionomia/Transição entre fisionomias</b>				<b>Área (ha)</b>
Floresta Estacional Semidecidual Submontana Secundária Médio				0,0096
<b>8. COORDENADA PLANA DA ÁREA PASSÍVEL DE APROVAÇÃO</b>				
<b>8.1 Tipo de Intervenção</b>	<b>Datum</b>	<b>Fuso</b>	<b>Coordenada Plana (UTM)</b>	
			<b>X(6)</b>	<b>Y(7)</b>
Intervenção em APP SEM supressão de vegetação n	SIRGAS 2000	23K	485.091	7.756.791
<b>9. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA</b>				
<b>9.1 Uso proposto</b>	<b>Especificação</b>			<b>Área (ha)</b>
Mineração	Extração de areia			0,0096
<b>Total</b>				<b>0,0096</b>
<b>10. DO PRODUTO OU SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO</b>				
<b>10.1 Produto/Subproduto</b>	<b>Especificação</b>		<b>Qtde</b>	<b>Unidade</b>
<b>10.2 Especificações da Carvoaria, quando for o caso (dados fornecidos pelo responsável pela intervenção)</b>				
10.2.1 Número de fornos da Carvoaria:	10.2.2 Diâmetro(m):	10.2.3 Altura(m):		
10.2.4 Ciclo de produção do forno ( tempo gasto para encher + carbonizar + esfriar + esvaziar):			(dias)	
10.2.5 Capacidade de produção por forno no ciclo de produção (mdc):				
10.2.6 Capacidade de produção mensal da Carvoaria (mdc):				

## 11. ESPECIFICAÇÕES E ANÁLISE DOS PLANOS, ESTUDOS E INVENTÁRIO FLORESTAL APRESENTADOS

5.6 Especificação grau de vulnerabilidade: baixa em 14,54% e média em 85,46%.

## 12. PARECER TÉCNICO, MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS

### 1. Histórico:

- " Data da formalização: 02/05/2012
- " Data de pedido de informações complementares: 15/03/2013, 14/06/2013, 13/06/2014, 14/08/2014
- " Data da entrega das informações complementares: 05/06/2013 e 20/06/2013, 27/06/2014, 04/09/2014
- " Data da emissão do parecer técnico: 15/12/2014

### 2. Objetivo:

É objeto deste parecer analisar a solicitação para intervenção em APP sem supressão de vegetação nativa em 96,88 m<sup>2</sup> ou 0,0096 ha. É pretendido com a intervenção instalar um empreendimento de extração de areia na margem direita do Rio Lambari.

### 3. Caracterização do empreendimento:

O imóvel rural denominado Fazenda Cabo Verde, localiza-se no município de Pedra do Indaiá e possui uma área total de 45,4571 ha e 1,51 módulo fiscal de acordo com o registro de imóveis e a planta topográfica. Existe na propriedade os seguintes usos do solo:

- " Pastagem: 27,9474 ha;
- " Reserva Legal em 9,0914 ha;
- " Área de preservação permanente em 5,3481 ha;
- " Cultivo de eucalipto em 3,0702 ha.

As áreas de preservação permanente (APP's) existentes na propriedade correspondem à faixa marginal de 30 m de largura ao longo do córrego Cabo Verde e à faixa marginal de 50 m de largura ao longo do rio Lambari. O córrego Cabo Verde delimita a propriedade na face norte desaguardo no rio Lambari, que delimita a propriedade na face oeste. As APP's encontram-se predominantemente cobertas por vegetação nativa (floresta estacional semidecidual em estágio médio de regeneração). A propriedade está inserida no Bioma Mata Atlântica e pertence à bacia hidrográfica do Rio São Francisco, sub-bacia do Rio Pará, microbacia do Rio Lambari. O relevo varia de plano a suave ondulado e o solo é do tipo argissolo.

Conforme consulta no Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Minas a área possui os seguintes índices:

Zona ecológica-econômica: 3.

Vulnerabilidade Natural: baixa em 14,54% e média em 85,46%.

Integridade da flora: alta em 54,69%, média em 27,55%, baixa e 17,08% e muito alta em 0,98%.

Vulnerabilidade do Solo à Erosão: alta em 7,41%, baixa em 16,58% e média em 76,01%.

Vulnerabilidade dos Recursos Hídricos: média em 100%.

Intensidade de chuvas: baixa em 100%.

Cobertura vegetal: cerrado em 3,49%, floresta estacional semidecidual em 19,09% e outros em 77,42%.

Na propriedade as atividades agrícolas (pecuária e silvicultura) são desenvolvidas pelo proprietário do terreno (Geraldo Manoel Laureano Filho) e as atividades minerárias (extração de areia) serão desenvolvidas pela empresa arrendatária (Areias 2 irmãos).

### 4. Da Reserva Legal:

A área de Reserva Florestal Legal da Fazenda Cabo Verde encontra-se demarcada e averbada no cartório de registro de imóveis desde 24/07/2003 (AV-3-matricula 16.166) em área de 9,0914 ha, não inferior a 20% da área total do imóvel. Tal Reserva foi averbada no âmbito do processo administrativo 130400616/03, no qual também foi autorizada a supressão de 30 ha de vegetação nativa, tendo sido exigida a preservação das APP's e da Reserva Legal.

A Reserva Legal era totalmente composta por vegetação nativa e de acordo com o Termo de Compromisso de Preservação de Reserva Legal a tipologia vegetal variava de campo sujo a cerradinho. Entretanto, durante a vistoria e análise do presente processo verificou-se que parte da Reserva Legal (2,5177 ha) foi suprimida. No local foi construído um galpão e plantada pastagem exótica. Pelas imagens de satélite é possível observar que em 2001 a propriedade encontrava-se totalmente coberta por vegetação nativa e em 2010 já havia ocorrido o desmate e a construção do galpão.

Ao ser questionado quanto a esta intervenção ilegal, o proprietário do imóvel alegou que a supressão de parte da Reserva Legal ocorreu por engano, na mesma época em que ele obteve autorização para realizar a supressão de 30 ha de vegetação nativa em área comum (APEF nº 79079, ano 2003). Ele se confundiu quanto aos limites da Reserva Legal, pois acreditava que o galpão tivesse sido construído ao lado e não dentro da Reserva Legal.

Porém, deve-se destacar que os limites da Reserva Legal estavam bem delimitados no processo 130400616/03, o qual continha o memorial descritivo e a planta topográfica da Reserva Legal, documentos estes que eram do conhecimento do proprietário. Sendo assim, se ocorreu confusão quanto aos limites da Reserva Legal, esta se deveu à negligência por parte do proprietário, que deverá ser autuado por supressão de vegetação nativa em área de Reserva Legal.

Nos termos do Decreto 44.844/2008 são cabíveis as seguintes penalidades:

1. multa simples
2. suspensão ou embargo das atividades
3. apreensão e perda dos produtos e subprodutos florestais.
4. adição do valor estimativo dos produtos florestais à multa, caso tenha ocorrido à retirada dos mesmos, conforme tabela base.
5. apreensão dos equipamentos e materiais utilizados diretamente na atividade.
6. impedimento do uso alternativo do solo no local, para regeneração natural.
7. Reposição florestal.

## 8. Demolição de obra irregular, após decisão administrativa.

Do ponto de vista técnico ambiental, avalia-se que no presente caso, somente as penalidades 3 e 5 não precisam ser aplicadas, uma vez que a supressão de vegetação já ocorreu a muito tempo (2003), de modo que os produtos florestais já foram escoados do local, bem como os equipamentos utilizados. As demais penalidades devem ser aplicadas, incluindo a cobrança da taxa sobre os produtos florestais e a demolição da obra irregular.

Em relação aos produtos florestais obtidos (lenha nativa), a cobrança deve ser feita de acordo com a tabela base fornecida no Decreto 44.844/2008. A fitofisionomia da vegetação suprimida na área de Reserva Legal correspondia a cerrado (conforme caracterizado no Termo da Reserva Legal, observado na vegetação remanescente e nas imagens de satélite de 2001). O rendimento lenhoso estimado para cerrado na tabela base é de 46 m³/ha. Portanto, considerando 2,5177 ha de RL suprimida, estima-se que houve um volume total de 115,8142 m³ de lenha nativa. Como o material lenhoso foi escoado do local, a taxa florestal deverá ser cobrada em dobro.

Em relação à demolição da obra irregular, entende-se que esta será necessária, pois não há na propriedade, vegetação nativa remanescente disponível e suficiente para que possa ser realizada a relocação da parte suprimida da Reserva Legal. Excetuando-se as APP's e a área remanescente da Reserva Legal, toda a propriedade possui uso alternativo do solo, sendo constituída de pastagem exótica e cultivo de eucalipto.

Em 12/08/2014, uma vistoria adicional foi realizada para constatação da retirada da obra irregular realizada na Reserva Legal. No local, identificamos que o galpão foi removido e a área ilegalmente suprimida isolada. O proprietário apresentou e executou proposta de recomposição da Reserva Legal, com plantio e enriquecimento com espécies nativas e até a presente data, a área encontra-se isolada.

## 5. Da Autorização para Intervenção Ambiental:

Para a instalação do empreendimento minerário será necessário instalar uma draga no leito do Rio Lambari e demais equipamentos em sua margem direita. Pretende-se instalar três portos de areia e intervir em três pontos na APP para a passagem de tubulação de recalque e retorno. A área total solicitada para intervenção em APP é de 96,88 m² ou 0,0096 ha (sendo 32,43 m² para a tubulação do porto 1, 31,5 m² para a tubulação do porto 2 e 32,95 m² para a tubulação do porto 3). Os portos de areia e estradas de acesso ficarão afastados mais de 50 metros, ou seja, fora da APP. A área de cada porto será constituída de um depósito para o acúmulo de areia, de uma caixa de decantação e de espaço para o trânsito de máquinas e veículos. Os portos tiveram área estimada em 0,3 ha cada.

Todos os documentos exigidos para a solicitação de intervenção ambiental foram apresentados e encontram-se anexos aos autos do processo. Foram apresentados os respectivos estudos de inexistência de alternativa técnica e locacional, proposta de medidas mitigadoras e compensatórias e projeto técnico do empreendimento.

Segundo o projeto técnico, para a extração de areia será utilizada uma draga de sucção de 6 polegadas. O material succionado composto de água e areia será direcionado para o depósito, onde por gravidade a areia será separada por decantação da água, ficando depositada na área do porto. A água será direcionada para a caixa de decantação e em seguida retornará ao rio pela tubulação de retorno. A areia será removida do depósito por pá-carregadeira e transportada por caminhões. O empreendimento terá ao todo 3 funcionários e funcionará de segunda a sábado cumprindo 50 horas semanais. A produção média estimada é de 1.660 m³ de areia por mês.

De acordo com o plano de inexistência de alternativa técnica e locacional para dragagem de areia em leito de rio é indispensável que pelo menos a tubulação passe pela APP, sendo que será respeitada uma distância de 50 metros da área de depósito em relação às margens do rio e de 3 metros da tubulação de retorno em relação às margens.

A fim de mitigar os impactos ambientais foram apresentadas algumas medidas mitigadoras constantes na folha 28 do processo. Como medida de compensação foi proposto o plantio de espécies nativas em uma estreita faixa de APP, com 0,2364 ha, onde há pastagem. Foi apresentado um Projeto Técnico de Reconstituição da Flora (PTRF) para ser aplicado nesta área, que é mais de 20 vezes maior que a área de intervenção em APP. Tal área de compensação deverá ser cercada e localiza-se nas imediações das coordenadas geográficas (X) 547990 e (Y) 7724254.

A partir da análise dos projetos apresentados conclui-se que a intervenção em APP solicitada consiste na área mínima possível para a instalação do empreendimento, correspondendo somente à área necessária para a passagem de tubulação. Não haverá supressão de vegetação nativa. Os portos serão instalados fora de APP em área de pastagem exótica. As medidas mitigadoras e compensatórias propostas são adequadas, mas além delas será necessária a adoção de medidas mitigadoras adicionais.

Portanto, considerando que a extração de areia é uma atividade de interesse social podendo ser autorizada quando as devidas medidas mitigadoras e compensatórias são adotadas e quando comprovada a inexistência de alternativa técnica e locacional, avalia-se que no presente processo estes requisitos foram supridos e conclui-se que a solicitação de intervenção em APP sem supressão de vegetação é PASSÍVEL de autorização.

Todas as medidas mitigadoras e compensatórias listadas abaixo deverão ser adotadas, a área autorizada (0,0096 ha) deverá ser respeitada e nenhuma supressão de vegetação poderá ser realizada. Após o encerramento das atividades do empreendimento, deverá ser aplicado um Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD) a ser apresentado e aprovado à época. Tais condicionantes terão sua aplicação assegurada através de Termo de Compromisso.

As coordenadas geográficas dos portos autorizados são:

Datum WGS 1984 Fuso 23K

Porto 1: (X) 485125 (Y) 7756788

Porto 2: (X) 485084 (Y) 7756607

Porto 3: (X) 485001 (Y) 7756467

## 6. Possíveis Impactos Ambientais e Respectivas Medidas Mitigadoras:

Os impactos ambientais gerados ou possíveis de ocorrer durante a intervenção abrangem a área do empreendimento e seu entorno, afetando direta ou indiretamente o meio ambiente. Abaixo estão listados os impactos ambientais e suas respectivas medidas mitigadoras e/ou compensatórias:

- Alteração da qualidade do solo: A ausência de vegetação pode acelerar o desgaste do solo, ocasionando lixiviação de seus

nutrientes, redução da qualidade pela contaminação por resíduos e efluentes.

- Medidas Mitigadoras:

Manutenção e melhoria das vias de acesso: aproveitamento do cascalho extraído junto com a areia e sem valor comercial para manutenção das vias de acesso.

Manutenção preventiva das máquinas visando o controle da geração de resíduos de óleos e graxas.

Implantação de caixa separadora de óleos e graxas.

- Desenvolvimento de processos erosivos: A ausência de vegetação expõe o solo à ação de ventos e chuvas e do regime fluvial.

- Medidas Mitigadoras:

Posicionamento adequado do depósito de areia a uma distância mínima de 50 metros da margem do rio.

Construção de paliçadas ou leiras de proteção delimitando a área dos portos.

Implantação de sistema de drenagem na área de lavra: construção de canaletas abertas em torno do depósito para o correto escoamento da água para as bacias de decantação. Construção, manutenção e limpeza periódica de caixas de decantação.

Instalação de tubulação a jusante na caixa de decantação para devolução da água diretamente para o leito do rio a uma distância mínima de 3 metros da margem.

Preservação do talude das margens do rio: Plantio de espécies herbáceas e arbustivas para evitar desabamentos. Em locais com processos erosivos ativos realizar o plantio de mudas de bambu e/ou construir enrocamentos de pedras, de pneus ou de sacos de areia. Uso adequado do equipamento de sucção, com observância de uma distância mínima de segurança em relação às margens. Constante monitoramento das margens e canal do rio.

- Medidas Compensatórias:

Aplicação do PTRF e monitoramento periódico das áreas de regeneração da vegetação.

- Alteração da qualidade do ar: emissão de gases provenientes de maquinário e equipamentos utilizados na extração e transporte da areia.

- Medidas Mitigadoras:

Manutenção preventiva das máquinas visando o controle da emissão de gases.

- Alteração da qualidade da água: aumento da turbidez da água em decorrência da devolução de água e material particulado.

Possível poluição da água por vazamentos de óleos e graxas relacionados às atividades de manutenção dos equipamentos e por lixo gerado no empreendimento.

- Medidas Mitigadoras:

Construção, manutenção e limpeza periódica das caixas de sedimentação, para retenção do material particulado e devolução de água limpa para o rio.

Instalação de sistema separador de óleos e graxas para impedir o carreamento destes materiais para cursos d'água.

Instalação de proteção nas bordas laterais da balsa para evitar derramamentos de óleos, graxas e outras substâncias no corpo d'água.

Implantação de sistema de gerenciamento de resíduos sólidos com coleta seletiva.

Coleta e análise química da água do rio (a jusante e a montante da draga) de quatro em quatro meses para verificar o índice de turbidez e poluição.

- Alteração da dinâmica fluvial: aprofundamento do canal fluvial, aceleração do fluxo da água e aumento da erosão a jusante e lateralmente.

- Medidas Mitigadoras:

Monitoramento constante do estado atual de assoreamento.

Promover a mobilidade da draga para evitar a formação de cacimbas no canal do rio.

- Geração de ruídos: movimentação de máquinas, equipamentos e funcionários.

- Medidas Mitigadoras:

Manutenção preventiva das máquinas visando o controle da geração de ruídos.

- Alteração da flora: ausência da cobertura vegetal original.

- Medidas Compensatórias:

Monitoramento periódico das áreas do PTRF e em regeneração.

Instalação/manutenção das placas educativas e informativas sinalizando as áreas de recomposição, de preservação permanente e de Reserva Legal e proibindo o corte ou destoca da vegetação nestas áreas.

- Alteração da fauna: afugentamento em decorrência dos ruídos.

- Medidas Compensatórias:

Instalação/manutenção de placas educativas e informativas proibindo a pesca, a caça, o depósito de lixo e a emissão de ruídos.

- Impactos sobre o meio antrópico: geração de emprego e renda.

- Medidas Mitigadoras:

Instalação/manutenção de placas educativas e informativas sinalizando as áreas de risco e indicando as normas de circulação nas vias internas.

Adoção de medidas de higiene e segurança no trabalho, com a utilização de EPI (equipamento de proteção individual).

- Alteração estético-visual: desconfiguração da área em relação às suas feições originais.

- Medidas Mitigadoras:

Implantação do Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD) ao final da atividade da lavra.

## 7. Conclusão da intervenção:

Em resposta a solicitação da empresa Areias 2 Irmãos Ltda para intervenção ambiental na Fazenda Cabo Verde localizada no

município de Pedra do Indaiá, sugere-se o DEFERIMENTO da solicitação de intervenção em APP sem supressão de vegetação nativa em uma área 0,0096 ha, correspondendo somente à passagem de tubulação.

As considerações técnicas descritas neste parecer devem ser apreciadas pela Superintendente.

8. Validade:

Validade do Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental:

Prazo de validade: 4 anos, conforme Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 1905, de 12 de agosto de 2013.

9. Condicionantes (Medidas Mitigadoras e Compensatórias Florestais):

O Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental é válido mediante cumprimento integral das seguintes condicionantes:

1. Posicionamento adequado do depósito de areia a uma distância mínima de 50 metros da margem do rio.
2. Construção de paliçadas ou leiras de proteção delimitando a área dos portos.
3. Implantação de sistema de drenagem na área de lavra: construção de canaletas abertas em torno do depósito para o correto escoamento da água para as bacias de decantação.
4. Construção, manutenção e limpeza periódica de caixas de sedimentação, para retenção do material particulado e devolução de água limpa para o rio.
5. Instalação de tubulação a jusante das caixas de sedimentação para devolução da água diretamente para o leito do rio a uma distância mínima de 3 metros da margem.
6. Plantio de espécies herbáceas e arbustivas para evitar desabamentos. Em locais com processos erosivos ativos realizar o plantio de mudas de bambu e/ou construir enrocamentos de pedras, pneus ou sacos de areia.
7. Uso adequado do equipamento de sucção, com observância de uma distância mínima de segurança em relação às margens.
8. Instalação de proteção nas bordas laterais da balsa para evitar derramamentos de óleos e graxas.
9. Promover a mobilidade da draga para evitar a formação de cacimbas no canal do rio.
10. Aplicação do PTRF apresentado e monitoramento e manutenção periódicos da situação das mudas.
11. Constante monitoramento das margens e do estado de assoreamento do canal do rio.
12. Manutenção preventiva das máquinas visando o controle da geração de resíduos de óleos e graxas, da geração de ruídos e da emissão de gases.
13. Instalação de sistema separador de óleos e graxas para impedir o carreamento destes materiais para cursos d'água.
14. Implantação de sistema de gerenciamento de resíduos sólidos com coleta seletiva.
15. Coleta e análise química da água do rio (a jusante e a montante da draga) de quatro em quatro meses para verificar o índice de turbidez e poluição.
16. Instalação/manutenção das placas educativas e informativas sinalizando as áreas de recomposição, de preservação permanente, proibindo o corte ou destoca da vegetação nestas áreas, proibindo a pesca, a caça, o depósito de lixo e a emissão de ruídos nas áreas protegidas, sinalizando as áreas de risco e indicando as normas de circulação nas vias internas.
17. Adoção de medidas de higiene e segurança no trabalho, com a utilização de EPI (equipamento de proteção individual).
18. Implantação de Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD).

Prazo para aplicação das medidas de 1 a 17: imediatamente e constantemente após a emissão do DAIA.

Prazo para aplicação da medida 18: imediatamente ao fim das atividades.

\* Salvo especificações, os prazos estabelecidos para cumprimento das condicionantes acima, são contados a partir da data de recebimento do Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental.

\*Vide parecer Técnico

**13. RESPONSÁVEL (IS) PELO PARECER TÉCNICO (NOME, MATRÍCULA, ASSINATURA E CARIMBO)**

SARAH DE OLIVEIRA SARAIVA - MASP: 1314483-7

DORIS RAKEL MONTEIRO PAEZ - MASP: 1331007-3

**14. DATA DA VISTORIA**

quarta-feira, 27 de fevereiro de 2013

**15. PARECER JURÍDICO, MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS****PARECER JURÍDICO - ASJUR/SUPRAM ASF**

Processo nº 13020002193/12  
Requerente: Areias Dois Irmãos Ltda - ME  
Município: Pedra do Indaiá - MG  
Núcleo Operacional: Oliveira

Trata-se de requerimento de Autorização para intervenção em área de preservação permanente sem supressão de vegetação nativa, em uma área correspondente a 0,0096 HA, para passagem de tubulação com a finalidade de extração de areia.

A intervenção em área de preservação permanente é realizada na Fazenda Cabo Verde de propriedade de Geraldo Manoel Laureano Filho, sendo assim foi juntado aos autos o contrato de arrendamento às fls. 04.

A propriedade está registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santo Antônio do Monte sob o nº 16166, com área total de 45.45.71 HA.

O requerente apresentou aos autos cópia do FOBI, informando que a atividade de extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil se classifica como classe 1, ou seja, passível de Autorização Ambiental de Funcionamento.

Para comprovação da demarcação da reserva legal, foi apresentado o protocolo de inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR), bem como o recibo em cumprimento ao Adendo à Instrução de Serviço Conjunta nº 01/2014 SEMAD/IEF, à Lei 12.651/12, à Lei Estadual 20.922/2013 e à Instrução de Serviço nº 02/2014 do Ministério do Meio Ambiente.

O requerente possui autorização para pesquisa do DNPM sob o processo nº 831.589/2007 para extração de areia.

Segundo Parecer Técnico o imóvel está localizado no bioma mata atlântica.

Informa o analista que os depósitos de areia ficarão fora da APP do Rio Lambari e que a única intervenção na APP se dá através da tubulação de recalque e retorno.

O parecer técnico trouxe como conclusão a possibilidade de deferimento do pedido, correspondendo somente à passagem da tubulação.

Vieram-me os autos para parecer jurídico.

O processo foi instruído com a documentação exigida.

Importante mencionar a alínea "d", inciso II do art. 2º da Resolução CONAMA nº 369/2006:

Art. 2º O órgão ambiental competente somente poderá autorizar a intervenção ou supressão de vegetação em APP, devidamente caracterizada e motivada mediante procedimento administrativo autônomo e prévio, e atendidos os requisitos previstos nesta resolução e noutras normas federais, estaduais e municipais aplicáveis, bem como no Plano Diretor, Zoneamento Ecológico-Econômico e Plano de Manejo das Unidades de Conservação, se existentes, nos seguintes casos:

(...)

II - interesse social:

(...)

d) as atividades de pesquisa e extração de areia, argila, saibro e cascalho, outorgadas pela autoridade competente;

O empreendimento está localizado no bioma mata atlântica, porém, como não haverá supressão de vegetação, não será necessária compensação neste sentido.

Diante da análise técnica e em obediência às normas legais, considerando os elementos de fato e de direito constantes no processo, a autorização para intervenção em área de preservação permanente, sem supressão de vegetação em análise é passível de autorização.

Assim, opinamos pelo deferimento do pedido.

Ressalta-se que deverá ser assinado o termo de compromisso para compensação ambiental de acordo com a Resolução CONAMA nº 369/2006.

Fica determinado o pagamento dos emolumentos referente à vistoria/análise do processo, requisito para expedição do DAIA.

Após, seja remetido ao Núcleo competente para expedição do DAIA.

Vencimento do prazo do DAIA: 4 (quatro) anos.

É o Parecer.

Divinópolis, 21 de dezembro de 2015.

**16. RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO (NOME, MATRÍCULA, ASSINATURA E CARIMBO)**

MAYLA COSTA LAUDARES CARVALHO - 137889

**17. DATA DO PARECER**

segunda-feira, 21 de dezembro de 2015